

A concepção da identidade étnica na visão de estudantes do ensino superior

The concept of ethnic identity in the view of higher education students

Romilda Costa Motta¹, Sílvia Cristina de Oliveira Quadros²

Centro Universitário Adventista de São Paulo, UNASP, São Paulo-SP, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar considerações acerca de uma pesquisa realizada com estudantes de uma instituição de educação superior, na cidade de São Paulo, Brasil. A investigação buscou caracterizar a concepção da identidade étnico-racial dos discentes. A metodologia consistiu em estudo teórico na área de Semiótica com o intuito de analisar a construção semiótica da identidade e discutir os conceitos de preconceito, racismo e discriminação. Foi aplicado um questionário com dezoito questões a alunos de uma Instituição de Educação Superior, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, a fim de identificar qual a percepção deles em relação à sua cor e/ou etnia. Para compor o perfil étnico-racial seguiu-se o critério da autoclassificação, que é consagrado na literatura antropológica como o método mais aceitável para a definição das identidades étnicas e social. Após a análise das complexas teias identitárias encontradas na realização da pesquisa, uma das questões observadas nos resultados foram algumas das possíveis razões para perceptíveis dificuldades, por parte de consideráveis segmentos da população negra representada, em assumir-se como “negro”. Em conclusão a esse estudo, verificou-se que a diversidade de ordens étnico-racial, cultural, social, regional que marca os/as brasileiros/as é um fato. Todavia, nem sempre é aceita e/ou reconhecida pelo sujeito que a detém.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Identidade étnico-racial. Semiótica.

Abstract

The aim of this paper is to present considerations about a survey performed with students from a higher education institution in the city of São Paulo, Brazil. The study aimed to characterize the students' concept of ethno-racial identity. The methodology consisted of theoretical study in Semiotics area in order to analyze the semiotics' construction of identity and discuss the concepts of prejudice, racism and discrimination. A questionnaire with eighteen questions has been applied to students of a higher education institution, situated in São Paulo, in order to identify their perception about their color or ethnicity. To compose the ethnic and racial profile, the criteria of self-classification was followed, which is enshrined in the anthropological literature as the most acceptable method for the definition of social and ethnic identities. After the analysis of complex identity webs found in the research, one of the issues observed in the results were some of the possible reasons for the apparent difficulties, faced by considerable segments of the black population represented, to assume themselves as being “black”. In conclusion to this study, it was verified that the diversity of ethnic-racial, cultural, social and regional orders characterizing Brazilian people is a fact. However, it is not always accepted or recognized by the ones who hold it.

Keywords: Citizenship. Education. Ethnic and racial identity. Semiotics.

1 Doutora em História Social pela USP. Professora no Centro Universitário Adventista de São Paulo. Membro do LEHA (Laboratório de Estudos de História das Américas – USP); Coordenadora do Núcleo de Diversidade Étnico-racial UNASP-SP. E-mail: romildamotta@hotmail.com;

2 Doutora em Letras: Semiótica e Linguística Geral pela USP, Pós-doutorado em Educação pela FE-USP. E-mail: silvia.oliveira@ucb.org.br;

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar reflexões com base em um censo étnico-racial que se materializou a partir de um projeto de iniciação científica realizado em uma instituição privada de educação superior, localizada na periferia da zona sul da cidade de São Paulo. A pesquisa foi realizada com estudantes de diversos cursos de graduação existentes naquele estabelecimento de ensino.

A escolha pela análise da realidade em tal ambiente justifica-se pelo fato de que o espaço escolar deve ser entendido como um microuniverso da sociedade no tocante à reprodução de valores e ideologias. Pensemos em como a desinformação gera visões equivocadas e limitadas acerca da diversidade e do pluralismo cultural que marca nossa sociedade. O ambiente escolar é (ou pelo menos deveria ser) lugar privilegiado para propor um novo olhar sobre temáticas distintas, entre elas, a forma de lidar com a diversidade, promovendo relações de convívio respeitoso entre todos que a integram.

A reunião de dados empíricos sobre as temáticas referentes ao racismo, preconceito e discriminação pode oferecer contribuições importantes para que instituições educacionais tenham melhores condições de enfrentamento do problema, atuando, não no sentido de reproduzir valores negativos, mas de propor o questionamento e alternativas para a mudança de perspectivas e posturas.

A pesquisa teve como objetivo inicial mapear o perfil étnico-racial e regional dos estudantes e verificar a percepção deles em relação a algum tipo de manifestação baseada nesse tipo de discriminação. Embora, neste estudo, tenha escapado ao nosso recorte explorar as questões regionais, adiantamos que essas tensões são manifestas em discriminações abertas ou sutis, conforme foram expostas nas respostas colhidas.

A construção semiótica da identidade

O mundo que conhecemos é semioticamente construído segundo a projeção do espírito do homem sobre os objetos existentes no mundo, num processo constante de construção e reconstrução do saber. Assim, o homem constrói a imagem de si mesmo, a do outro e a do espaço em que vive no seu imaginário, que são resultados dos discursos produzidos pelos sujeitos sociais.

Pais (1993) corrobora essa afirmação, quando diz que uma sociedade se encontra em processo permanente de reelaboração de seus valores e de suas estruturas, transformando, dessa maneira, sua visão de mundo, que se institui pelas conservações e mudanças de valores, que influenciam, conseqüentemente, a caracterização da identidade no processo histórico.

A concepção de identidade que aqui propomos é semioticamente construída com base na concepção de identidade ativa e dinâmica, não abstrata, mas concreta e representada nas relações de comportamentos sociais historicamente produzidos, pois “ela é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com outros mundos distintos” (MONTES, 1996, p. 56), resultando, assim, de um processo e de uma construção em um contexto.

A identidade individual caracteriza o indivíduo ao encontro de si mesmo, com seus caracteres próprios, sua aparência física, seus hábitos, costumes e língua,

assim como, os acontecimentos de sua vida que propiciarão a formação de uma imagem própria de si mesmo, seu *status* e seu papel na sociedade que formarão sua identidade social - a relação entre os indivíduos e sua posição no mundo, relacionada ao reconhecimento da sociedade.

Quanto à identidade individual, Brandão (1986, p. 37) declara que, para psicólogos clínicos e psicanalistas, identidade pode ser:

(...) um conceito que explique, por exemplo, o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu, de uma realidade individual que a cada um de nós nos torna, diante de outros eus, um sujeito único e que é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade (...).

De posse da noção de identidade individual, podemos entender a identidade social como construída na relação eu/outro e o mundo. O outro é definido como semelhante ou diferente. É com base na diferença que o “eu” forma sua identidade E, no tocante à identidade étnica, Montes (1996, p. 56) a define como:

(...) a identidade de um grupo que se diferencia dos outros por um conjunto de características étnicas e que tem formas de cultura, costumes, valores, etc. que lhes são próprios.

Para Teodoro (1996, p. 106) etnia se refere “a grupos, cujo discurso faz vínculo social, na defesa de interesses próprios e levando necessariamente em conta suas características raciais predominantes”.

Com base nessas considerações, entendemos que a identidade étnica emerge da relação entre a identidade individual e social.

Assim, a construção da identidade se dá na tensão dialética entre o eu e o outro, no contexto social e, pressupõe o reconhecimento das semelhanças e diferenças para sua afirmação. Nossa sociedade avalia a existência da diferença como negativa, o diferente é sempre discriminado.

Para a construção da identidade, vários quesitos sociais definirão o indivíduo ou o grupo, como por exemplo, sua etnia, sua cor, sua classe social, sua forma de expressão linguística, entre outros aspectos.

Brandão (1986, p. 42), ao falar sobre identidade vai além da questão contrastiva, declarando que as identidades são mais do que resultado da oposição por contraste, “mas o próprio reconhecimento social da diferença”.

E esse reconhecimento da diferença precisa estar livre de preconceito e ser, sobretudo, pautado no respeito ao ser humano, na valorização do outro com sua identidade, individual, social, linguística e étnica.

Preconceito, discriminação, racismo

O preconceito é a atitude primeira que desencadeia a ação discriminatória, concretizando, então, o racismo.

O preconceito pressupõe a existência de um *crer* anterior a um *saber*, que se caracteriza em um *não-saber*. Assim, o *crer* se instaura sem uma base cognitiva, é um *crer-ser*, atitude em que um indivíduo *crê-ser* melhor que um outro, produzindo então, ações negativas que depreciarão esse outro. (OLIVEIRA, 1999).

O preconceito exprime um relacionamento entre indivíduos diferentes que

vivem em uma relação de hostilidade, com uma raiva contida, que transparece na sociedade por meio de ações discriminatórias.

O processo de discriminação ultrapassa o *crer* e realiza um *fazer* com base no *saber-ser* diferente. É um processo que provoca a marginalização do diferente.

A discriminação social e étnica constitui um *fazer* movido pela crença de que um indivíduo é superior ao outro. Dessa forma, podemos defini-la como: *crer-ser / dever-fazer / poder-fazer*, que se fundamenta no racismo.

O racismo fundamenta a significação social de um comportamento negativo em relação a minorias étnicas. É um *fazer-crer* que leva a um *fazer* discriminatório.

Embora os registros históricos deem conta de que atitudes “racistas” já se manifestassem desde a Antiguidade (egípcios contra hebreus, romanos e “povos bárbaros” entre outros). Segundo o antropólogo Kabengele Munanga (2004, p. 24), o conceito foi criado nos anos 1920. E, segundo Munanga, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. Sintetizando, o autor afirma que o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

O racismo é caracterizado pelas modalidades: *crer-ser / poder-fazer-crer / dever-fazer / poder-fazer*.

Com base nessa análise, do ponto de vista modal, o preconceito, a discriminação e o racismo, direcionamos o nosso olhar para reflexões voltadas sob a óptica das relações sociais na sociedade brasileira.

De acordo com os fatos históricos relacionados à escravidão no Brasil e, mesmo no período pós-abolição, a sociedade construiu e legitimou, ideologicamente, ações de sujeição do negro aos valores “brancos”. Florestan Fernandes escreveu que aos negros só era possível entrar no “mundo dos brancos” passando por um “processo de abranqueamento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de “embranquecimento” (FERNANDES, 1972, p. 16, apud: DOMINGUES, 2002, p. 591).

A ideologia do “branqueamento” – biológico, cultural, social – implantada pelos grupos dominantes é interpretada como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu *ethos* de matriz africana (DOMINGUES, 2002, p. 566) e foi uma estratégia que obteve resultados eficientes para mascarar o racismo no Brasil.

Sobre as especificidades do racismo no Brasil, segundo Florestan Fernandes, João B. Pereira e Oracy Nogueira (1971, p. 2), no Brasil existe, por parte de alguns, a vergonha de dizer que têm preconceito, formando “o preconceito contra o preconceito de ter preconceito”.

O sociólogo Oracy Nogueira classifica o preconceito étnico existente no Brasil como dissimulado, assistemático, constituindo-se em um preconceito de marca, ou seja, o sujeito é classificado segundo seus traços físicos. Diferentemente, ocorre nos Estados Unidos, que apresenta um preconceito sistemático, aberto e de origem, em que para ser considerado negro basta ter um ascendente negro, independente de

traços físicos.

O preconceito no Brasil é sutil, normalmente, nega-se qualquer problema étnico ou de cor, proclama-se a “democracia racial”.

A democracia possui uma força atuante que, se colocada em prática, resolveria os problemas dos cidadãos quanto a questão do preconceito, da discriminação e, portanto, do racismo.

Podemos dizer que no lugar da “democracia racial” há a tolerância cultural, que abarca uma relação entre diferentes que visa a manutenção de um relacionamento fundamentado no não-conflito, porém, as relações de dominância pressupõem que um grupo tem o poder para tolerar, enquanto que outros esperam ver se eles serão rejeitados ou tolerados (ESSED, 1996). Segundo a autora, a tolerância encobre o racismo e justifica sua posição.

A tolerância é apenas mais um meio de reafirmação da ideologia superioridade x inferioridade, reafirmando o poder do grupo supostamente superior. Com base nas modalidades, definimos a tolerância como: *crer-ser / crer-poder-fazer / crer-dever-fazer / poder-fazer*.

Sendo então a tolerância incapaz de solucionar ou pelo menos amenizar as relações entre os sujeitos diferentes, Essed (1996, p. 29) propõe a aceitação como uma forma mais positiva de neutralizar a fixação sobre as diferenças. Dessa forma, as diferenças serão vistas e aceitas, e o outro valorizado.

Ao analisarmos os semas do semema aceitação em comparação aos de tolerância, temos:

< aceitação > = [+ receptividade] x [+ concordância] x [+ aprovação] x [+ acolhimento]

< tolerância > = [+ disposição] x [+ condescendência] x [+ indulgência] x [+ permissão] x [+ resistência]

Constatamos que, os semas de <aceitação> indicam um *fazer* movido pelo *querer*, *sobremodalizado* pelo *poder*. Formalizando em modalidades temos a aceitação como: *crer-ser / crer-poder-querer / poder-querer-fazer / poder-fazer*.

Considerando o convívio como uma tensão dialética entre a aceitação e a tolerância, encontramos uma combinação entre tolerância x não-aceitação que define o racismo disfarçado, e a combinação entre aceitação e não-tolerância, define um desenvolvimento sociocultural. E a não-aceitação x não-tolerância instala os conflitos sociais (OLIVEIRA, 1999, p.136). Vejamos a representação dessas relações em um octógono semiótico:

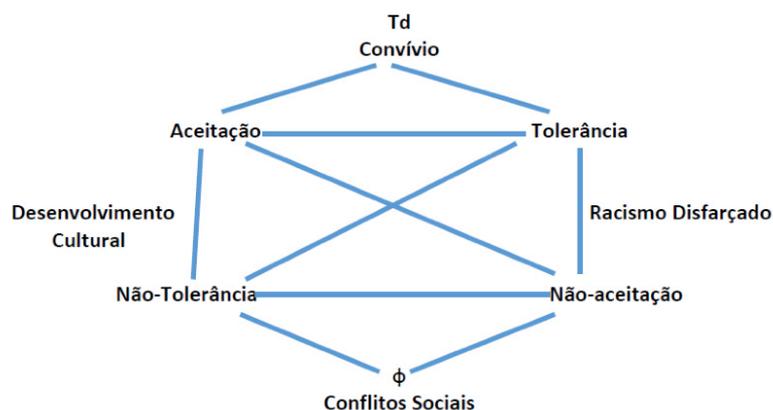


Figura 3. A relação de convívio entre aceitação e tolerância. (OLIVEIRA, 1999, p. 136)

As relações acima estabelecidas podem gerar na sociedade uma estagnação ou um avanço no desenvolvimento do convívio social, ou ainda, conflitos, que são causados pela situação de exclusão do sistema social.

A concepção da identidade étnico-racial por estudantes do ensino superior. Análise dos resultados

Tendo realizado as considerações teóricas, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa. O processo de coleta de dados ocorreu em apenas um estágio, por meio de um questionário padronizado no segundo semestre de 2013.

Dos 2.838 matriculados na instituição, por ocasião da pesquisa (dados obtidos da Secretaria da Instituição), 1.753 responderam às questões, correspondendo a 61,77% do número total de estudantes. Consideramos que se tratou de uma amostra bastante representativa, devido ao fato de os pesquisadores envolvidos terem optado por passar em todas as salas, tirando dúvidas e explicando a proposta do projeto.

Os registros colhidos apontam que do total, 920 eram da área de saúde, 592 de exatas e 1.326 da área de humanas. 70% dos que participaram estudam no turno noturno, revelando uma realidade social compartilhada por muitos (as) brasileiros (as) que têm que trabalhar durante o dia e estudar à noite.

A fim de caracterizar o perfil da população de respondentes, sua concepção da identidade étnico-racial e a percepção de preconceito, discriminação ou manifestação racista – de ordem étnica/racial/regional foi aplicado um questionário com dezoito questões, sendo dezesseis delas fechadas e duas abertas. Das questões abertas propostas, uma visou buscar o registro da percepção da discriminação e de manifestações preconceituosas relacionadas à origem regional, tema que escapa ao nosso recorte.

Para compor o perfil étnico-racial estabeleceu-se duas perguntas e foi utilizada a seguinte metodologia: seguiu-se o critério da autotransclassificação, que é consagrado na literatura antropológica como o método mais aceitável para a definição das identidades étnicas e social. Existem outras maneiras de agrupar as pessoas, como o método da heterotransclassificação, que é quando o entrevistador classifica arbitrariamente o respondente.

Fez-se o recurso da pergunta aberta, pedindo-se que o sujeito pesquisado respondesse: “como você define a sua cor?”. Frente à complexidade do processo de classificação - seja pela discussão em torno dos conceitos envolvidos ou pela subjetividade que a afirmação de identidade traz em seu bojo -, na nossa base de pesquisa, além da definição espontânea, que nos permite discutir a percepção social da cor, raça/etnia, noutro momento do questionário foi utilizado o recurso da questão fechada, requerendo que marcassem a opção, oferecendo as cinco categorias utilizadas pelo IBGE, ou seja: branca, parda, preta, indígena e amarela.

Em sua coleta de dados, até o presente momento, o IBGE tem feito uso do termo “cor”, um dos elementos de que se lança mão na construção social das relações raciais, demarcando diferenças e desigualdades. Não deixa de ser uma operação complexa, indo além da apreensão de características fenotípicas, pois estas estão sempre imbuídas de valor e carregadas de significados. A identificação da cor e da raça é um valor subjetivo e construído socialmente, repousando menos em postulados científicos e bem mais nas regras que regem as relações intersubjetivas,

econômicas, políticas.

Entendemos que a autoclassificação se torna interessante pois não constrange as possibilidades de escolha, ampliando o leque para além das cinco categorias oferecidas pelo órgão oficial, permitindo, ainda, ao que analisa, discutir questões relacionadas à forma como os diversos grupos percebem, concebem e reivindicam sua (s) identidade (s), a partir daquilo que assumem e descrevem.

Não podemos passar ao largo o fato de que faremos uso, em diversas partes do texto dos termos “raça”, “etnia” e “cor”, havendo necessidade de fazermos algumas considerações acerca dos conceitos. Conforme ressalta Antônio Sérgio Guimarães – e já afirmado em outro momento deste texto –, o conceito de “raça” aqui adotado é o de “raça social”, pois o mesmo não se trata de um dado biológico, mas de “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, somente eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (1999, p. 153). Guimarães ressalta que se a existência de raças humanas não encontra qualquer comprovação no bojo das ciências biológicas, elas são, contudo “plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos” (*Op. cit.*, p. 155)

Quanto à discussão sobre os usos de “etnia” ou “raça”, o antropólogo Kabengele Munanga escreve que o conceito de “raça” é morfobiológico e o de etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Segundo esse pesquisador, uma etnia é “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (2004, p. 28). Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela” pode conter em seu seio, diversas etnias. Esse antropólogo afirma, ainda, que alguns fogem do conceito raça e o substituem pelo conceito de etnia, considerado como um léxico mais cômodo que o de raça, mas, de acordo com sua perspectiva, não muda em nada a realidade do racismo, pois a substituição não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Escreve:

(...) o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou, na realidade, são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, identidade étnica ou cultural são de uso agradável a todos: racistas e antirracistas. Constituem uma bandeira carregada por todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses (Idem, p. 29-30).

Munanga afirma que em seus trabalhos geralmente abre mão de conceitos como “raça negra”, “raça branca”, fazendo uso de “negros”, “brancos”, no sentido político-ideológico ou os conceitos de “população negra” e “população branca”.

A partir desta ótica, este antropólogo afirma que, embora esteja muito claro que o conceito “raça” não implique uma realidade biológica, *para explicar o racismo*, parte representativa dos pesquisadores brasileiros – e também o Movimento Negro - que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorre com mais frequência ao termo “raça” (MUNANGA, 2004, p. 30).

Os dados da pesquisa apontaram que na questão fechada, com as opções de

respostas utilizadas pelo IBGE, a maioria se autodeclarou como de “cor” “parda” – 761 (43%) e “branca” – 742 (42%); 38 como “amarela”, o que significou 0,2% e “indígena”, 21 (0,1%). A cor “preta” teve registro de 186 formulários. Isto representou 10,6% da amostra. Cabe ressaltar que destes, 2% eram de estrangeiros africanos. Os números do censo étnico-racial da instituição de ensino onde a pesquisa foi realizada apresentam aproximações com o último censo étnico racial do país (2010). Ali, aproximadamente 50,7% da população afirmaram-se como “preto” e “pardo” e 47,7 “branco” (BRASIL, 2010).

No que se refere às questões relacionadas à raça/etnia - “como você define a sua cor?” – destacaram-se algumas constatações: primeiramente, que as identidades étnico-raciais captadas a partir da pesquisa mostraram-se fluidas, múltiplas, caracterizadas por uma complexa teia. O grupo pesquisado, refletindo uma dificuldade que é comum entre a maior parte da população brasileira, demonstrou-se “confuso”, indeciso, apresentando mostras de criatividade para se definir, mas, especialmente, oferecendo aos pesquisadores elementos para a discussão sobre as possíveis causas para tal realidade. As autodefinições espontâneas e abertas trouxeram expressões que se distanciaram das categorias oficiais presentes nas possibilidades de escolhas do IBGE.

Buscando no sistema o filtro números, visando encontrar um parecer quanto a consonância nas respostas das questões fechadas e abertas (branco-branco/ pardo-pardo...), notou-se que entre aqueles que se auto classificaram seguindo o critério cor “branca” houve maior número de respostas que se confirmaram entre “branca”. Da porcentagem de 42% do número absoluto dos participantes da pesquisa, houve uma porcentagem de 98%. Nesta perspectiva, seguiram-se a cor “amarela”, com 68% - número pouco expressivo de respondentes; “parda”, 63%; “preta”, 52% e indígena, apenas 9,52%. Posteriormente, voltaremos a comentar os três últimos grupos.

Apesar da porcentagem elevada na consonância entre as questões aberta e fechada na categoria “branca”, não podemos deixar de sublinhar que houve muitas variações, afinal, conforme registrado, o número de respondentes que compuseram esta categoria foi grande. Algumas delas: “bege 3 da revista *Avon*”, “branca transparente”, “branco? ”, “café com muito leite”, “branca (oriental indígena)”, “branca com facilidade de bronzeamento leve”, “no meu registro consta que sou branca, só que sou parda”, “não sei definir” (...), “branca escura”, “branca caucasiana”, “branco amarelado”, “branco brasileiro”, “branca com traços negros”, “branca quase albina”, “galega”, “branco, mas nem tanto”, “moreno bem claro, na identidade, branco”, “branco com descendência estrangeira”, “indígena e nordestina” (...).

Percebeu-se certa confusão em relação à “cor amarela”, incluída pela primeira vez no Censo, pensando na população de origem asiática. A despeito das explicações realizadas antes da pesquisa, alguns (as) dos (as) que preencheram a definição utilizando as opções de respostas fechadas, optando pelo “amarelo”, na resposta espontânea denotaram ignorar o fator etnia, estabelecendo relação maior com o que comumente se entende como “moreno (a) desbotado (a)”. As variações mais recorrentes da cor “amarela” foram “negra”, “parda”, “morena clara” e “branco”.

A cor “parda” foi a teia identitária mais complexa e fluida, mostrando-se como uma categoria bastante problemática: inúmeras definições, nas quais se percebe

um amálgama de todas as etnias. Quando o primeiro censo foi realizado, em 1872, o “pardo” foi pensado e incluído para distinguir negros (as) “livres/forros (as)” e “cativos/escravos (as)”. A partir de 1950 passou a constar definitivamente como uma opção censitária para abarcar a todos aqueles que assumiam algum tipo de ascendência africana. Nos resultados da fonte consultada, nota-se que parte significativa daqueles (as) que enfrentaram dificuldades para se definir e se “enquadrar” nas alternativas oferecidas, optaram por esta.

Pelo espaço disponível, destacar-se-á apenas algumas autodefinições: “amarela”, “não sei!”, “negão da cor do pecado”, “parda com forte influência indígena”, “pardo por fora, negão por dentro”, “marrom provocante”, “moreno cor de jambo”, “azul”, “amarela”, “mistura”, “amarela e branca e vermelha”, “branco vermelho”, “mestiça/parda”, “morena amarelada”, “moreno charmoso”, “nega”, “normal”, “negra (marrom bombom)”, “moreno branco”, “preta amarelada”, “preta”, “meu filho fala que sou marrom”, “marrom/bege”, “pobre”, “preto”, “morena da cor do pecado” “morena-parda”, “parda com forte influência indígena” (...). Neste núcleo, chamou à atenção dos responsáveis pela pesquisa o fato de ter sido registrado um único questionário, entre todos os existentes, no qual apareceu como autodefinição o termo “afrodescendente”, categoria política na qual o indivíduo assume e reivindica sua ascendência africana, posicionamento ainda nem sempre recorrente.

No grupo étnico que marcou a opção do IBGE “indígena” – 21 –, apenas dois reproduziram a definição na resposta aberta. Os demais optaram por termos como “café com leite”, “morena (o)”, “moreno (avermelhado)”, “branca”, “pardo”.

Entre aqueles que marcaram a categoria “preta”, embora, como sublinhado, tenha havido pouca consonância entre as respostas abertas e fechadas (IBGE) e “preta” ou “negra” na aberta – apenas 52%, confirmaram as expressões, nas duas possibilidades. A quantidade foi grande, mas os termos utilizados para auto denominarem a cor não sofreram tantas variações. A partir dos filtros utilizados, pudemos notar que parte considerável daqueles que marcaram a categoria “preta”, apresentada pelo IBGE, na autoclassificação aberta, optou por “pardo” – entre os (as) brasileiros (as). Outra expressão recorrente foi “moreno (a)” – moreno-escuro/morena-clara/moreno-preto. Também encontramos: “negro marrom”, “mulata (o)”, “branca”, “linda”, “morena clara”, “morena”, “marrom bombom”, “parda escuro”, “negro marrom”, “não sei”, “moreno escuro”, “negra clara”, “negra indígena”.

Inegavelmente, em parte, tal dificuldade para definição da identidade étnica deve-se ao alto grau de mestiçagem biológica e cultural e isto se evidenciou de forma muito nítida, sendo bastante recorrente, conforme demonstrado, a reivindicação de algum tipo de ascendência mestiça nas respostas.

Entretanto, não se pode deixar de considerar o fato de que a afirmação de uma “identidade negra” (assim como “indígena” e “branca”) tem sentido político, de modo que envolve assumir-se/afirmar-se como negro e, isto, nota-se que ainda está em processo de consolidação.

Verifica-se claramente uma diferença muito grande entre a forma como os negros estrangeiros e os afrodescendentes/afro-brasileiros (as) se autodeclararam. Como mostrado, os (as) brasileiros (as) encontram diversos termos, por vezes ambíguos, para definir a sua identidade étnica. Em contrapartida, os negros africanos não demonstraram as mesmas dificuldades em afirmar a sua “negritude” – 86,6%. Os termos oscilaram entre: “negro (a)”, “preto (a)”, “cor preta”, “neguinho (preta)”,

aparecendo apenas duas pessoas do total participante da pesquisa que fizeram uso de expressões que reivindicavam um “clareamento”: “morena linda” e “negra clara”.

Em suma, constatou-se que, em relação à concepção da identidade étnico-racial, aqueles (as) que se autodeclararam “brancos (as)”, não demonstraram grande dificuldade em afirmar a identidade, diferentemente da população pesquisada de “negros”, “pardos” e “indígenas”.

Temos alguns elementos problematizadores que oferecem possibilidades para discutirmos parte desse processo de negação de identidades “não brancas”. De algum modo, tal postura pode ser entendida como resultado negativo de uma ideologia baseada no conceito de “raça” – hoje, sabido, destituído de cientificidade – que estabeleceu uma hierarquia entre os grupos étnicos, colocando os valores e padrões de beleza, cultura do elemento branco como superiores.

Ainda que não ignorando a nossa “realidade mestiça”, fato que, indubitavelmente traz complicadores para definições, não se pode deixar de refletir sobre o quanto o aspecto ideológico da teoria da mestiçagem, associada a outros elementos, impede que os sujeitos históricos e determinados grupos étnicos com visíveis características fenotípicas negras e indígenas assumam tais identidades. Socialmente e ideologicamente o sujeito interpreta que uma das partes da mistura é melhor aceita e, no momento de se definir, opta por ela.

Dentro dessa realidade, lembremos que o pensamento racial responsável por escrever a história oficial incumbiu-se de destinar definições negativas para os dois elementos étnicos – o negro e o indígena.

No ensaio vencedor do concurso do recém-constituído IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Karl Friedrich Von Martius (1794-1868) *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843), emitiu opiniões explicitamente hierarquizantes, ao afirmar que a “raça negra, degenerada e inferior, iria contribuir com a construção de uma nova nação à medida que fosse assimilada, absorvida pela raça branca e caucasiana” (MOTA, apud PETRUCCELLI; SABÓIA, 2013, p.14). Numa obra encomendada pela Coroa nos mesmos moldes do IHGB, *História Geral do Brasil*, Adolfo de Varnhagen (1816-1878), escreveu que os africanos trazidos como escravos fizeram mal ao país “com seus costumes pervertidos, seus hábitos indecorosos e despudorados, seus abusos, vestuários, comidas e bebidas inadequados”. Nessa mesma obra, os nativos foram definidos como “gentes vagabundas, bestas falsas e infiéis, inconstantes, ingratas, desconfiadas, impiedosas, despudoradas, imorais, insensíveis, indecorosas e entrecortadas por guerras, festas e pajelanças” (VARNHAGEN, 1854 apud PETRUCCELLI; SABÓIA, 2013).

A persistência de preconceitos e intolerâncias corrobora para que, até os dias atuais, etnias indígenas e suas culturas ainda sejam representadas em parte considerável do imaginário social como símbolos do “atraso”.

Entre negros, mesmo após tantos anos do fim da escravidão, os indicadores sociais (IPEA, IBGE) ainda retratam que a desigualdade de oportunidades - como ressaltaram diversos cientistas sociais que se debruçaram sobre a temática, entre eles, Fernandes (1965), procurando desconstruir o mito da “democracia racial” - foi um legado nefasto para estes grupos (e para a sociedade como um todo): piores empregos, salários mais baixos - R\$1.538,00 brancos; R\$845,00 pardos e R\$834,00 negros – (IBGE, 2010); baixa escolaridade, maiores taxas de mortalidade infantil, 65% vítimas de violência/homicídios. Além desses aspectos, atentemos para o fato

de que os valores “positivos” são “brancos”: ideal de beleza (vide cabelo “bom”: liso e cabelo “ruim”: crespo). Todos estes elementos corroboram para que sejam alimentados preconceitos que insistem em afirmar uma “inferioridade moral” – posto que a ciência já desconstruiu os pressupostos pseudocientíficos que tiveram tanto alcance e duração.

Como consequência da forma como foram/são construídas as representações acerca dessas categorias étnicas e a despeito de avanços, mudanças e conquistas, a realidade presente que caracteriza parcela representativa desses segmentos étnicos também favorece para que enfrentem maiores dificuldades para se conceberem e afirmarem uma identidade que não seja algo mais próximo daquela que é socialmente aceita – a “branca”. Não vendo nela (s) valores positivos, ainda que numa situação de heteroclassificação, quando o “outro” o define como “negro” ou “índio” (dando um sentido pejorativo), ele (a) não se vê como tal e, portanto, não se afirma, buscando o subterfúgio das expressões citadas.

Ao ressaltarmos as permanências, não podemos deixar de sublinhar mudanças de perspectivas em relação à configuração das identidades e o processo de aceitação. Lembremos do caso em que apareceu: “no meu registro está “pardo”, mas sou “negro”.

A partir desses dados, constatou-se que, devido ao processo histórico marcado por uma série de complexidades e adversidades que marcaram negros e indígenas, ainda há muito a percorrer a fim de se consolidar a construção e afirmação de identidades étnicas desses dois grupos, e muito a ser discutido a fim de que cada um (negro/a ou não) possa compreender o processo e a realidade nos quais estamos inseridos.

Considerações finais

A diversidade de ordens étnico-racial, cultural, social, regional que marca os/as brasileiros/as é um fato. Todavia, nem sempre é aceita e/ou reconhecida, seja pelo outro, como pelo sujeito que a detém.

Conforme apresentado neste artigo, entende-se que a concepção da identidade étnica é um passo fundamental para a autoafirmação do sujeito como cidadão. Aceitar-se, assumir o corpo, a cultura, valores e afirmar-se como negro - ou como indígena – é uma etapa necessária e fundamental. Trabalhar pela superação do racismo e pelo respeito à diferença, fazendo com que esta não seja entendida como “inferior” é tarefa paralela – e, neste caso, a educação tem papel relevante. As respostas obtidas apontam que ainda há muito o que percorrer no trabalho de promoção da construção/afirmação de identidades que ainda não se consolidaram.

Não podemos negar avanços advindos, frutos da ação do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que acreditam e trabalham pela superação do racismo na sociedade, de um modo geral, e na educação escolar, de maneira específica. Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade (GOMES, 2008).

O debate de ideias, desenvolvimento de projetos dentro da temática, a problematização de ideologias vigentes tem o poder de questionar e/ou derrubar

valores arraigados. Assumindo suas responsabilidades sociais frente ao problema, os (as) envolvidos (as) efetuarão importante ação no combate ou arrefecimento de tais realidades, desnaturalizando práticas cotidianas que envolvem discriminações de diversas ordens: gênero, religiosa, raça/etnia, cultural.

É indiscutível que no enfrentamento do preconceito e do racismo, a educação tem papel relevante como caminho de conscientização. Não se trata de entendê-la como “solução”, mas ocupa, sim, um lugar importante no processo de produção de conhecimento sobre si e sobre os “outros”. Se no ambiente educacional prevalecer uma atitude de omissão, continuaremos a presenciar a produção, manutenção e reprodução de ideologias e preconceitos que se manifestarão em tensões raciais, discriminações, exclusões e marginalizações.

A despeito das exigências, normas e diretrizes do MEC - a implementação da lei 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais - nem todas as instituições e profissionais têm dimensão precisa da importância da discussão sobre a diversidade étnico-racial, fazendo com que a temática continue ausente nos currículos, ficando restrita à ação política e pedagógica daqueles professores considerados militantes ou simpatizantes da questão racial.³

Uma ação importante diante dos desafios tem sido a constituição de núcleos nas instituições de educação superior que visam trabalhar para a promoção da valorização da diversidade étnico-racial e a discussão acerca da igualdade de oportunidades como caminho para a diminuição das desigualdades. Dentre os objetivos desse tipo de núcleo estão a promoção, entre a comunidade acadêmica, de discussões, reflexões acerca da existência, tipos, motivos e consequências do racismo, do preconceito e da discriminação no Brasil.

A inserção da temática racial e da História da África – que, atendendo a interesses diversos foi, durante muito tempo omitida pela história hegemônica eurocêntrica – nos currículos oferece possibilidades para que a participação desses segmentos étnicos e raciais seja apresentada de forma positiva, culminando na aceitação e reivindicação da “identidade negra”.

Na proposta por maior equilíbrio nesse contexto de respeito, valorização da diversidade étnica/racial e de autoafirmação de identidades, será por meio da educação que serão apresentadas, historicamente, as contribuições culturais, sociais, econômicas dos povos indígenas e afrodescendentes.

Nesse sentido, entre muitos estudiosos do tema e aqueles que percorrem a trajetória de luta política é muito claro que ficar circunscrito à questão da afirmação da identidade negra/indígena é insuficiente, já que esta etapa não garantirá a conquista plena da cidadania, pois essa vitória só poderá ser conseguida quando os/as cidadãos tiverem acesso aos direitos sociais: educação, moradia, saúde, emprego, etc. Desde que foi desmistificado o mito da “democracia racial” - que “já não serve nem mesmo como ideal ou inspiração”. A luta contemporânea dos negros (e indígenas) pelos direitos sociais inerentes à democracia brasileira passou a ter como mote a luta por cidadania e respeito aos direitos humanos (GUIMARÃES, 2004). Isso pressupõe conquistas sociais que transcendem o respeito à diversidade, reivindicando, também, a igualdade de oportunidades.

É importante repensar a problemática que diante de nós se apresenta dia a dia e, para a qual, muitas vezes, fechamos os olhos; ou então, acostumamo-nos a presenciar essa realidade sem questionarmos a ideologia que a sustenta, assim, conformamo-

3 Sobre a questão, ver: GOMES, 2011.

nos a repetir os estereótipos preconceituosos culturalmente cristalizados.

Esse texto encerrar-se-á com a afirmação que a educação e a ação política são e continuarão sendo partes importantes no processo de mudanças de perspectivas e posturas perante o problema – pelas distintas partes.

Referências

- BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia** - construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2016.
- DOMINGUES, P. J. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n° 3, p.563-599, 2002.
- ESSED, P. **Diversity, gender, color, and culture**. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1996.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1965.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FERNANDES, F.; PEREIRA, J. B. B.; NOGUEIRA O. **A questão racial brasileira vista por três professores**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP, 1971.
- GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial. Por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>, acesso em agosto de 2014.
- GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, UFMG, vol. 07, n° 01, p. 109-121. Jan./abr. 2011.
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e de raça no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, N° 1, v. 47, p. 9-43, 2004.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n°. 54, p.147-156, jul. 1999.
- MONTES, M. L. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S (Orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo, EDUSP/ Estação Ciência, 1996.
- MUNANGA, K. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 17-33, 2004.
- OLIVEIRA, S. C. **Para uma análise sociosemiótica do discurso presente no texto da música rap**. 1999. 560 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999.
- PAIS, C. T. **Conditions Semantico-Syntaxiques et Semiotiques de la Productivite Systemique, Lexicale et Discursive**. Thèse de Doctorat d'État ès Lettres et Scienses Humaines. Université de Paris IV, Paris, 1993.
- PETRUCCELLI, J. L.; SABÓIA, A. L. (Orgs.). **Características étnico-raciais da população**. Classificação e identidade. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- TEODORO, M. L. - Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, K. (Org). **Estratégias políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, EDUSP, 1996.